COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO - CEPE - CNPJ - 10.921.252/0001-07.

RELATÓRIO DA DIRETORIA - **SENHORES ACIONISTAS** - Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Diretoria da Companhia Editora de Pernambuco – CEPE apresenta a V.Sas. as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, na forma da legislação vigente, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes. **A DIRETORIA**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (EM REAIS)

	Notas Explicativas	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.496.284	7.234.902
Contas a receber de clientes	5	29.873.480	34.465.435
Estoques	6	1.832.254	1.247.562
Tributos a recuperar	7	671.271	1.078.942
Adiantamentos diversos		1.164.952	1.286.793
Despesas antecipadas		109.219	70.683
		47.147.460	**45.384.317**
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais		269.752	269.752
Investimentos	8	1.074.683	1.074.683
Imobilizado	9	11.961.332	12.904.554
Intangível	10	1.706	215.943
		13.307.473	**14.464.932**
TOTAL DO ATIVO		**60.454.933**	**59.849.249**

PASSIVO	Notas Explicativas	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			
Fornecedores		1.721.605	1.276.870
Obrigações trabalhistas	11	1.173.148	1.009.129
Obrigações sociais	12	509.167	434.998
Obrigações tributárias	13	529.371	330.479
Outros		73.054	232.657
		4.006.345	**3.284.133**
NÃO CIRCULANTE			
Obrigações tributárias	13	1.055.297	1.078.424
Provisões para contingências	14	917.459	917.459
		1.972.756	**1.995.883**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15		
Capital social		66.570.000	66.570.000
Reserva de reavaliação		3.271.681	3.344.916
Ajustes de avaliação patrimonial		70.092	70.092
Prejuízos acumulados		(15.435.941)	(15.415.775)
		54.475.832	**54.569.233**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**60.454.933**	**59.849.249**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em Reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**66.570.000**	**3.417.289**	**70.092**	**(11.212.358)**	**58.845.023**
Realização da reserva de reavaliação	-	(95.227)	-	95.227	-
Efeitos tributários	-	22.854	-	-	22.854
Prejuízo do exercício	-	-	-	(4.298.644)	(4.298.644)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**66.570.000**	**3.344.916**	**70.092**	**(15.415.775)**	**54.569.233**
Realização da reserva de reavaliação	-	(96.362)	-	96.362	-
Efeitos tributários	-	23.127	-	-	23.127
Prejuízo do exercício	-	-	-	(116.528)	(116.528)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**66.570.000**	**3.271.681**	**70.092**	**(15.435.941)**	**54.475.832**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Valores expressos em Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, parte integrante da administração indireta do Estado de Pernambuco, é uma sociedade de economia mista, criada pela Lei Estadual nº 6.065, de 01.12.1967, domiciliada à Rua Coelho Leite, 530 - Santo Amaro – Recife – PE. A Companhia tem como atividade preponderante a edição e publicação do Diário Oficial do poder executivo Estadual, de didático-culturais, e processamento e gestão documental.

Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis

A propagação da pandemia de COVID-19 tem causado sérios impactos na economia global e nos mercados financeiros que poderiam potencialmente afetar material e adversamente as operações, condição financeira e fluxo de caixa dos negócios. A extensão do impacto econômico da pandemia começou a se materializar nos mercados na segunda quinzena de março 2020. Os impactos do COVID-19 nas demonstrações contábeis estão baseados nas melhores estimativas da Administração, considerando a perspectiva de retorno gradual das atividades econômicas.

O COVID-19 também pode ter o efeito de aumentar outros riscos e incertezas aos quais a Companhia pode estar exposta, como risco de crédito, liquidez, taxa de juros e de moeda estrangeira, potenciais inadimplências e a necessidade de gerar fluxos de caixa suficientes. Nesse sentido, a Companhia continuará a revisar e modificar seus planos à medida que as condições mudarem.

Apesar de esforços para gerenciar e remediar esses impactos para Companhia, seu impacto final também depende de fatores além do seu conhecimento ou controle, incluindo a duração e a gravidade desta pandemia, bem como ações de terceiros para conter sua disseminação e mitigar seus efeitos na saúde pública. A Companhia continuará a responder a essa crise global por meio de medidas abrangentes para proteger seus funcionários, cumprindo o seu papel vital. As operações consideradas essenciais estão funcionando normalmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para Pequenas e Médias Empresas - CPC PME (R1), cujas principais aplicadas estão descritas na nota explicativa 3.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 22 de fevereiro de 2022.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d) Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem essas estimativas e premissas são:

(i) análise de risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa;

(ii) definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos;

(iii) a capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades de Companhia (ativos imobilizados), que é avaliada sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil de ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil desses ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares;

(iv) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio de avaliação de probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, as jurisprudências disponíveis, bem como a avaliação dos assessores jurídicos;

(v) realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos em função de lucro tributável futuro contra qual prejuízos fiscais possam ser utilizados e impostos diferidos possam ser realizados.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado contabilmente.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 – Apuração do resultado

A Companhia adota o princípio da competência para registro das suas operações. A aplicação desse princípio implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente do seu efetivo recebimento ou pagamento.

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, líquida das devoluções, descontos, impostos e encargos sobre vendas.

3.2 – Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3 – Instrumentos Financeiros – Pronunciamento Técnico CPC 48

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

a) Ativos financeiros

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros e créditos realizados por caixa.

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

b) Passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os principais passivos financeiros classificados nessa categoria são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras obrigações.

- Classificação e mensuração:

De acordo com o CPC 48, as principais categorias de classificação de ativos financeiros são (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- Redução ao valor recuperável (*impairment*):

O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará a ativos contratuais e aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia, após estudo individualizado por cliente, concluiu não haver necessidade de reconhecimento de provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD), visto que há fortes indicativos de suas realizações.

3.4 – Contas a receber (ver Nota 5)

As contas a receber de clientes e outros créditos são mensurados ao seu valor justo na data da transação. O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

Após o reconhecimento inicial, as contas a receber de clientes e outros créditos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Como a empresa não realiza vendas com caráter de financiamento, as mesmas não são amortizadas através do método da taxa efetiva de juros. Da mesma forma, os outros créditos, igualmente não revestidos de caráter de financiamento, não são amortizados usando-se do método da taxa efetiva de juros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa não é estabelecida pois não existe uma evidência objetiva de que a CEPE não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber de clientes.

3.5 – Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método de absorção utilizando a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

3.6 – Tributos a recuperar

São originados de diversas operações que podem gerar valores a recuperar de tributos, tais como saldos devedores de PIS/PASEP, COFINS, IRPJ, CSLL e outros. Tais tributos são registrados pelo custo histórico.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em Reais)

	Notas Explicativas	31.12.2021	31.12.2020
Receita operacional líquida	16	**47.618.136**	**36.732.971**
Custo dos serviços prestados	17	**(20.123.481)**	**(17.749.310)**
Lucro bruto		**27.494.655**	**18.983.661**
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal		(13.423.217)	(12.942.336)
Despesas gerais	18	(13.175.160)	(8.268.491)
Baixa de contas a receber	5	(1.352.453)	(2.095.553)
Provisão para contingências (líquidas)	14	-	25.000
Financeiras (líquidas)	19	307.004	(1.006)
Outras (líquidas)		32.643	81
		(27.611.183)	**(23.282.305)**
Prejuízo do exercício		**(116.528)**	**(4.298.644)**
Prejuízo por ação		**(0,89)**	**(32,75)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em Reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Prejuízo do exercício	**(116.528)**	**(4.298.644)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(116.528)**	**(4.298.644)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em Reais)

	31.12.2021	31.12.2020
CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	**(116.528)**	**(4.298.644)**
Ajustes para conciliar o lucro do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
- Baixa de ativos imobilizados (líquidas)	10.742	-
- Depreciação e amortização	1.470.097	1.704.232
	1.364.311	**(2.594.412)**
(Aumento) / Redução de Ativos		
Contas a receber	4.591.955	3.544.654
Estoques	(584.692)	(159.089)
Tributos a recuperar	407.671	(431.362)
Adiantamentos diversos	121.841	(566.336)
Despesas antecipadas	(38.536)	5.249
Depósitos judiciais	-	(102.217)
	4.498.239	**2.290.899**
Aumento / (Redução) de Passivos		
Fornecedores	444.735	(220.697)
Obrigações trabalhistas	164.019	13.399
Obrigações sociais	74.169	(36.973)
Obrigações tributárias	198.892	(110.930)
Provisão para contingências	-	(589.541)
Outros	(159.603)	138.921
	722.212	**(805.821)**
RECURSOS LÍQUIDOS PROV. DAS OPERAÇÕES	**6.584.762**	**(1.109.334)**
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações no ativo imobilizado	**(323.380)**	**(33.998)**
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA	**6.261.382**	**(1.143.332)**
Representado por:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7.234.902	8.378.234
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	13.496.284	7.234.902
Variação líquida no caixa	**6.261.382**	**(1.143.332)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em Reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Receitas operacionais		
Vendas de serviços	50.705.861	39.364.663
Outras receitas/despesas	32.643	81
	50.738.504	39.364.744
Insumos		
Custo dos serviços prestados	(19.058.736)	(16.561.550)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(12.769.808)	(7.752.019)
Baixa de contas a receber	(1.352.453)	(2.095.553)
Provisão para contingências (líquido)	-	25.000
	(33.180.997)	(26.384.122)
Valor adicionado bruto	**17.557.507**	**12.980.622**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(1.470.097)	(1.704.232)
Valor adicionado líquido	**16.087.410**	**11.276.390**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	393.517	79.204
Valor adicionado total a distribuir	**16.480.927**	**11.355.594**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	13.423.217	12.942.336
Impostos, taxas e contribuições	3.087.725	2.631.692
Despesas financeiras	86.513	80.210
Resultado do exercício	(116.528)	(4.298.644)
	16.480.927	**11.355.594**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.7 – Investimentos (ver Nota 8)

a) Obras de arte. Reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo. Após o reconhecimento inicial, as mudanças ao seu valor justo, quando devidamente comprovadas por um profissional capacitado, são reconhecidas.

b) Investimentos em outras companhias. Esses ativos são representados por títulos patrimoniais (ações) de longo prazo nos quais a Companhia não possui influência significativa ou controle.

3.8 – Imobilizados

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, formação ou construção deduzidos de depreciação/amortização e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação de ativos na data de **2007**. Os efeitos da reavaliação aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, reavaliação esta líquida dos efeitos fiscais.

Gastos com melhorias nos bens existentes são acrescidos ao imobilizado e custos de manutenção e reparo são lançados ao resultado quando incorridos. O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, será mantido até sua completa amortização, que segue a vida útil do bem reavaliado.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado com as taxas de depreciação e amortização. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial.

3.9 – Intangíveis
Representado principalmente por aquisição de licenças de uso de softwares, é registrado pelo custo de aquisição e/ou formação, sendo amortizado em cinco anos, sendo seus valores recuperáveis em função de suas operações.

3.10 – Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes
Registrados de acordo com as condições contratadas, sendo classificados como não circulante os com vencimento após o encerramento do exercício subsequente, ou sem previsão definida de realização.

3.11 – Obrigações com fornecedores, sociais e tributárias, e as demais obrigações
Registrados tendo por base as condições contratuais e a legislação vigente, sendo que os classificados como não circulantes terão vencimento após o exercício subsequente.

3.12 – Contribuição Social e Imposto de Renda
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. São arrecadados por estimativas mensais, tendo seu ajuste e apuração anual em 31 de dezembro.
O diferimento de tributos é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. É mensurado pelas alíquotas que se espera sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se na legislação até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

3.13 – Provisões
Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.
O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.14 – Ajuste a valor presente de ativos e passivos
Os ativos e passivos monetários, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.
O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita (consideradas estimativas contábeis), dos respectivos ativos e passivos.
Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.15 – Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado foi preparada de acordo com o CPC 09, e é aplicável somente para companhias abertas nas demonstrações contábeis anuais. Entretanto, a Administração da Companhia optou por divulgar a DVA como informação complementar.

3.16 – Lucro por ação
O lucro líquido por ação é determinado considerando as ações em circulação nas datas dos balanços.

3.17 – Principais mudanças nas políticas contábeis
Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia estão sendo acompanhados e até o momento não foram identificadas possibilidades de ocorrências de impactos significativos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	-	88
Bancos conta movimento	1.690.910	1.555.827
Aplicações financeiras	11.805.374	5.678.987
	13.496.284	**7.234.902**

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração em 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2021	31.12.2020
Administração Pública Federal	7.165	8.674
Administração Pública Estadual	28.924.420	33.339.751
Administração Pública Municipal	694.494	789.979
Outros	247.401	327.031
	29.873.480	**34.465.435**

Como a grande maioria das vendas de serviços são realizadas para a Administração Pública, a serem recebidas por meio de "empenhos", não se constitui provisão para perdas estimadas sobre esses valores. Contudo, passado o período prescricional de cinco anos, valores empenhados que não tenham sido ainda recebidos são baixados.

6. ESTOQUES

	31.12.2021	31.12.2020
Matérias primas		
- Papéis	347.772	311.167
- Cartões	82.081	85.184
- Tintas	17.846	11.706
- Produtos químicos	15.191	20.866
- Chapas	39.015	21.183
- Diversos	66.692	58.910
	568.597	509.016
Almoxarifado	20.749	13.381
Serviços em curso	1.242.908	725.165
	1.832.254	**1.247.562**

Os estoques estão formados por matérias primas utilizadas para a confecção de revistas, livros e adicionalmente material de escritório e de limpeza.
A conta Serviço em Curso corresponde a encomendas de produtos gráficos em fase de elaboração para posterior entrega aos clientes.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31.12.2021	31.12.2020
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	289.531	432.572
Imposto de Renda retido na fonte	238.067	320.872
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	133.093	206.571
CSLL retida na fonte	10.580	18.427
INSS retido sobre serviços prestados	-	100.500
	671.271	**1.078.942**

8. INVESTIMENTOS

	31.12.2021	31.12.2020
Obras de arte (*)		
- Quadros	442.456	442.456
- Esculturas	540.000	540.000
	982.456	982.456
Participação acionária (**)	92.227	92.227
	1.074.683	**1.074.683**

(*) – Estatutariamente, a CEPE tem o compromisso de promover, incentivar e divulgar a valorização do acervo histórico e cultural do Estado de Pernambuco. O saldo representa aquisições de 09 painéis artísticos em 03.01.2010 pela CEPE (quadros e esculturas) e doação do Instituto Aberlado da Hora conforme ofício de doação de nº 016/2016.
(**) – Representado por ações da COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento.

9. IMOBILIZADO
O ativo imobilizado está constituído ao custo de construção ou aquisição subtraído os valores da depreciação acumulada, calculada linearmente conforme taxas admitidas pela legislação, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. Os valores referentes à apuração da depreciação acumulada no exercício são apropriados como custos ou despesas ao resultado do exercício, a depender da alocação e função do bem dentro das instalações da empresa.
Movimentação contábil no exercício:

	31.12.2020	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2021
Custo					
Terrenos	1.877.862	-	-	-	1.877.862
Edificações	3.993.478	-	-	-	3.993.478
Maquinários	9.792.229	1.202	(5.290)	1.950	9.790.091
Móveis e utensílios	5.279.759	140.659	(55.817)	(1.950)	5.362.651
Computadores e periféricos	2.958.332	177.371	(245.060)	448	2.891.091
Veículos	117.700	-	-	-	117.700
Instalações	119.630	-	-	-	119.630
	24.138.990	**319.232**	**(306.167)**	**448**	**24.152.503**
Depreciação acumulada					
Edificações	(1.063.864)	(88.655)	-	-	(1.152.519)
Maquinários	(4.929.064)	(488.084)	4.549	-	(5.412.599)
Móveis e utensílios	(2.438.435)	(496.774)	46.199	4.148	(2.884.862)
Computadores e periféricos	(2.652.615)	(166.443)	244.677	(448)	(2.574.829)
Veículos	(69.665)	(12.400)	-	-	(82.065)
Instalações	(80.793)	(3.504)	-	-	(84.297)
	(11.234.436)	**(1.255.860)**	**295.425**	**3.700**	**12.191.171**
	12.904.554	**(936.628)**	**(10.742)**	**4.148**	**11.961.332**

Composição dos saldos em 31.12.2021, segregados pela reavaliação ocorrida em 2007:

	Saldo Normal	Saldo da Reavaliação	Saldo Total
Custo	18.499.708	5.652.795	24.152.503
Depreciação	(10.843.220)	(1.347.951)	(12.191.171)
	7.656.488	**4.304.844**	**11.961.332**
Efeito tributário sobre a reavaliação (passivo não circulante) (Nota 13)		(1.033.163)	
Saldo da Reserva de Reavaliação		**3.271.681**	

10. INTANGÍVEL

	31.12.2020	ADIÇÕES	BAIXAS	31.12.2021
Custo				
Softwares	1.869.588	-	-	1.869.588
Marcas e patentes	1.706	-	-	1.706
	1.871.294	-	-	1.871.294
Amortização acumulada				
Softwares	(1.655.351)	(214.237)	-	(1.869.588)
	215.943	**(214.237)**	**-**	**1.706**

Apropriação (contrapartida) da depreciação do Imobilizado (Nota 9) e da amortização do Intangível (Nota 10):

Contrapartidas ao Resultado do exercício:	Depreciação	Amortização	Total
Ao custo de serviços gráficos (Gasto indireto de fabricação - Nota 17)	651.517	-	651.517
Ao custo serviços de digitalização (Nota 17)	240.034	173.194	413.228
À despesa administrativa (Nota 18)	364.309	41.043	405.352
	1.255.860	**214.237**	**1.470.097**

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31.12.2021	31.12.2020
Provisões para férias e respectivos encargos sociais	1.119.825	956.785
Consignações da folha de pagamento	53.323	52.344
	1.173.148	**1.009.129**

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	31.12.2021	31.12.2020
INSS	276.083	234.608
INSS Fonte	114.634	101.020
FGTS	52.685	44.545
Outras	65.765	54.825
	509.167	**434.998**

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31.12.2021		31.12.2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
PASEP	62.608	-	37.583	-
COFINS	288.567	-	173.205	-
ISS	87.955	-	45.717	-
IR Fonte	90.241	-	73.974	-
Imposto de Renda – Diferido	-	659.561	-	674.015
Contribuição Social – Diferida	-	395.736	-	404.409
	529.371	**1.055.297**	**330.479**	**1.078.424**

Os tributos diferidos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicada no ano em que o passivo for liquidado, baseados na legislação aplicável nas datas dos balanços. Os saldos em 31.12.2021 e 2020 podem sem assim demonstrados:

	31.12.2021			31.12.2020		
Efeitos tributários sobre:	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Reavaliação	645.727	387.436	1.033.163	660.181	396.109	1.056.290
Ajuste a valor justo de investimentos	13.834	8.300	22.134	13.834	8.300	22.134
	659.561	**395.736**	**1.055.297**	**674.015**	**404.409**	**1.078.424**

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS
A Administração, consubstanciada na opinião dos seus assessores jurídicos, constitui provisão para processos trabalhistas e cíveis, classificados na condição de perda "provável", com o objetivo de evidenciar o suporte ao risco de eventual decisão desfavorável.

	31.12.2021	31.12.2020
Causas trabalhistas:		
Causa do Sindicato dos Gráficos de Pernambuco	867.459	867.459
Outras causas trabalhistas	50.000	50.000
	917.459	**917.459**

A principal causa decorre de Ação de Cumprimento de Convenção Coletiva, impetrada pelo Sindicato dos Gráficos de Pernambuco, Processo nº 0001733-47.205.5.06.003 na 13ª Vara do Trabalho, que objetiva a implementação do Plano de Cargo e Carreira, retroativamente a 30.09.2015, sendo devido o pagamento das diferenças correspondentes aos salários vencidos e vincendos dos trabalhadores gráficos da CEPE.
Consoante Despacho Judicial determinando o rateio do valor para pagamento a quem de direito, a Companhia procedeu a um depósito judicial de R$ 666.758, que inclui honorários advocatícios e, mediante Alvará Eletrônico de Pagamento Número: 000289322020 - Justiça do Trabalho - Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região foram transferidos R$ 564.541 para os respectivos beneficiários individualmente, cujo valor foi abatido do correspondente depósito judicial (ativo).
O saldo atual do passivo reflete o posicionamento da assessoria jurídica da Companhia que estima possibilidade de perda provável, com essa estimativa de desembolso, caso não seja considerada a impugnação da CEPE referente à sentença de liquidação.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Capital social
O capital social em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R$ 66.570.000 e está composto por 131.250 ações nominativas, de valor unitário de R$ 507, sendo 106.250 ações ordinárias e 25.000 ações preferenciais sem direito de voto. A participação do Governo do Estado de Pernambuco corresponde a 100% das ações ordinárias com direito a voto e 99,98% das ações preferenciais.

Reserva de reavaliação
A realização da reserva é reconhecida à medida que os ativos reavaliados forem sendo realizados mediante depreciações e baixas, até suas extinções.

Ajuste de avaliação patrimonial
Registram a contrapartida da mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros mantidos para venda (investimentos em outras companhias – ações).

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2021	2020
Receitas operacionais		
Publicações	33.343.817	24.154.882
Digitalização	15.532.866	14.403.044
Serviços gráficos	1.608.109	717.827
Jornais	26.975	8.387
Revista Multicultural e publicações da revista	89.256	35.658
Assinaturas	98.148	43.992
Certificação digital	6.690	1.727
	50.705.861	39.365.517
(-) Descontos concedidos	-	(854)
	50.705.861	**39.364.663**
Tributos diretos		
ISS	(401.333)	(343.281)
PIS/PASEP	(478.834)	(407.942)
COFINS	(2.207.558)	(1.880.469)
	(3.087.725)	**(2.631.692)**
Receita operacional líquida	**47.618.136**	**36.732.971**

17. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2021	2020
Serviços gráficos em geral:		
Material direto	861.425	369.329
Mão de obra direta	2.949.432	3.121.792
Mão de obra indireta	3.178.956	3.057.279
Gastos indiretos de fabricação	5.789.020	4.446.357
Custos de serviços em andamento	(517.743)	(187.815)
	12.261.090	10.806.942
Digitalização:		
Salários	360.990	333.698
Terceirização do serviço	4.941.808	4.121.115
Aluguel e condomínio	1.560.717	1.689.733
Energia	117.706	108.547
Depreciação e amortização	413.228	488.405
Outros	514.233	223.345
	7.908.682	6.964.843
(-) Créditos PIS-PASEP/COFINS	(46.291)	(22.475)
	20.123.481	**17.749.310**

18. DESPESAS OPERACIONAIS – GERAIS

	2021	2020
Serviços de terceiros	4.567.131	1.053.433
Água, energia e comunicação	537.461	331.030
Aluguéis	126.183	293.975
Manutenções de instalações, imóveis, móveis e veículos	1.696.921	1.301.528
Manutenções de softwares, computadores e periféricos	864.855	683.399
Assistência médica	1.330.692	1.348.067
Programa de alimentação ao trabalhador	826.331	776.091
Depreciações e amortizações	405.352	516.472
Impostos e taxas	428.620	646.646
Patrocínios e donativos	883.189	525.813
	11.666.735	7.476.454
Demais despesas	1.508.425	792.037
	13.175.160	**8.268.491**

19. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2021	2020
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	350.909	76.368
Juros ativos	39.834	535
Descontos obtidos	2.759	2.295
Outras	15	6
	393.517	**79.204**
Despesas		
Despesas bancárias	(78.890)	(62.305)
Multas	(7.617)	(17.905)
Juros passivos	(6)	-
	(86.513)	**(80.210)**
	307.004	**(1.006)**

20. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS
Fatores de risco financeiro. A atividade da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.
- Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.
- Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

- Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado.

A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; e (ii) títulos e valores mobiliários.

- Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

- Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

21. SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas materiais e lucros cessantes, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2021 a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta da seguinte forma:

Ramo	Valor – R$
- Incêndio, explosão e fumaça	19.200.000
- Danos elétricos	240.000
- Perda de aluguel	72.000
- Tumulto, greve, lock-out	24.000
- Responsabilidade civil	500.000
- Recomposição de registros e documentos	36.000
- Lucros cessantes	1.200.000
- Responsabilidade civil do empregador	500.000
- Responsabilidade civil operações	500.000
- Equipamentos eletrônicos	100.000
- Outros	50.000

* * * * *

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da **Companhia Editora de Pernambuco – CEPE**
Recife – PE

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Editora de Pernambuco – CEPE** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Editora de Pernambuco – CEPE** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

3. Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado.

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

4. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

5. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife - PE, 22 de fevereiro de 2022.

PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PE - 000680/O-0

Hugo Ferreira da Silva Júnior
CRC-PE – 011620/0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Editora de Pernambuco – CEPE reuniram-se em 16/03/2022 para examinar o Relatório Anual da Administração, representado pelo Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Examinando ainda, o Relatório da PHF Auditores Independentes S/S, sobre as citadas Demonstrações Contábeis, indicando conformidade no concernente aos seus aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da CEPE para o exercício em análise, quanto ao cumprimento das práticas contábeis usual no Brasil. Os membros do Conselho Fiscal, frente às apreciações regulares estabelecidas, e, diante as afirmações contidas no Relatório dos Auditores Independentes, atestam que as peças contábeis se apresentam em plenas condições para serem submetidas à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Recife, 16 de março de 2022.

Maria Antonieta da Rocha Cruz

Carlos Eduardo Cabral Figueiredo

Ana Beatriz Freire Paes de Andrade

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ FRANCISCO DE MELO CAVALCANTI NETO - Presidente

LUIZ RICARDO LEITE DE CASTRO LEITÃO - Conselheiro

SILVIA MARIA CORDEIRO - Conselheiro

ALEXANDRE UBIRAJARA GABRIEL DE MELO - Conselheiro

BRUNO MAIA DE AZEVEDO SILVA - Conselheiro

DIRETORIA

LUIZ RICARDO LEITE DE CASTRO LEITÃO - Diretor Presidente

BRAULIO MENDONÇA MENESES - Diretor Administrativo e Financeiro

EDSON RICARDO TEIXEIRA DE MELO - Diretor de Edição e Produção

GERINALDO BEZERRA DE MATOS - Contador – CRC/PE – 11.684/O

O *Livro do Ano* do *Prêmio Jabuti 2020* é pernambucano, é poesia, é nosso!

O título vencedor da 62ª edição do mais tradicional prêmio literário do Brasil faz parte do nosso catálogo. E você também pode levá-lo para a sua estante.

Cepe EDITORA

cepe.com.br CepeOficial
CepeEditora /cepeoficial

Acesse www.cepe.com.br/lojacepe e garanta o seu *Solo para Vialejo*, de Cida Pedrosa.